

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO E DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

APRECIÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2020

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

6 DE JANEIRO DE 2020, ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores Deputados,

Estou aqui hoje com a minha equipa para, em nome do Governo, iniciara apresentação da proposta de Orçamento do Estado para 2020, naquele que é o primeiro de quatro orçamentos desta legislatura.

Porque este é um Orçamento de continuidade, não posso deixar de começar por fazer referência às conquistas coletivas do povo português ao longo dos últimos quatro anos. Não podemos esquecer nem deitar a perder o que foi conquistado.

É imperativo que se faça esta análise. Porque, sem uma compreensão clara do que significa o cumprimento dos compromissos assumidos na legislatura anterior, não podemos entender o Orçamento de consolidação das conquistas e da confiança no futuro que hoje aqui apresentamos.

Trouxemos a credibilidade às contas públicas portuguesas. E ela veio para ficar. Sem retificativos, sem faltar aos portugueses. Essa é uma experiência que queremos repetir.

Entre 2015 e 2019 conduzimos uma política de estabilização do sistema financeiro e de consolidação das contas públicas. Uma política credível e ambiciosa que levámos a bom porto.

O sistema financeiro hoje está mais capitalizado, tem menos crédito malparado e é um fator decisivo de confiança e de apoio ao crescimento da economia e à criação de emprego. Este foi um dos mais determinantes aspetos do impulso à convergência com a Europa nos últimos anos.

Na legislatura anterior, a consolidação orçamental inverteu a lógica da austeridade e dos cortes cegos. Nesse período fizemos um dos mais bem-sucedidos ajustamentos orçamentais estruturais na Europa.

Mas porque desde sempre assumimos que a política orçamental é instrumental para o processo de crescimento, quero aqui realçar que estes dois fatores foram decisivos para o aumento do crescimento do produto potencial em Portugal, o segundo maior na Europa nos últimos quatro anos.

E foram também decisivos para a enorme redução do desemprego, com aumento simultâneo dos salários e do emprego. Nestes quatro anos foram criados mais de 350 mil empregos, deixaram de estar no desemprego quase 300 mil portugueses e reduziu-se para menos de metade o número daqueles que procuram emprego há mais de doze meses.

Nunca antes esta conjugação de resultados tinha acontecido em Portugal em apenas quatro anos. Nunca!

O sucesso da economia portuguesa é verificável em todos os indicadores, mas permitam-me que escolha um que reflete muito claramente a melhoria da posição relativa da economia portuguesa: o esmagamento do diferencial das taxas de juro face aos nossos parceiros europeus.

Hoje a República Portuguesa financia-se a taxas inferiores às de Itália e de Espanha. **Entre os 6 países do sul da zona euro, Portugal é neste momento o que tem as taxas de juro mais baixas!**

É impossível subestimar a importância desta redução num país que, apesar da acentuada redução da dívida nos últimos anos, tem ainda níveis de dívida pública e privada dos mais elevados da Europa.

Portugal está de parabéns!

Ouvimos muitos comentários sobre o “alegado” fraco crescimento económico de Portugal. Quem nisso apostou não se cansa de procurar novas formas de esconder o seu engano; continua em negação.

Mas a verdade é que nenhum outro país europeu conseguiu nestes últimos quatro anos uma mudança tão positiva e tão profunda na economia, na sociedade e na estabilidade política.

Desde 2017, a economia portuguesa cresce acima da média da área do euro, e de entre todas economias da Europa Ocidental (UE15) é a segunda economia que mais cresce, a seguir à Irlanda. De acordo com as previsões da Comissão

Europeia, Portugal continua a ser a segunda economia que mais irá crescer no período 2017 a 2021.

Hoje, na Europa, a estabilidade política, económica, financeira e social veste “Made in Portugal”!

É com esta base sólida – de políticas e de resultados económicos – que construímos o Orçamento do Estado para 2020.

Este Orçamento é o instrumento de política económica que dará continuidade a este caminho. E estou certo de que é esse o desejo dos portugueses.

Ninguém deseja voltar atrás.

As escolhas do OE 2020 são claras. Temos quatro desígnios para Portugal no próximo ano:

- Contas públicas responsáveis, equilibradas e com respeito pelo futuro, redução da dívida pública e reforço do investimento;
- O maior reforço de sempre do orçamento do Serviço Nacional de Saúde, um apelo ao serviço público e à responsabilidade de todos;



- O reforço do combate à pobreza, porque essa é uma tarefa em prol da inclusão, que desde sempre abraçámos;
- O apoio aos mais jovens de entre os jovens e à inserção dos jovens qualificados no mercado de trabalho. Uma aposta no futuro, tão importante quanto a da redução da nossa dívida, que sobrecarregará cada vez menos estes mesmos jovens.

Esta é uma proposta coerente para o futuro de Portugal.

Comecemos pelas contas públicas responsáveis.

O Orçamento do Estado para 2020 mantém Portugal no rumo de três metas históricas:

- Coloca Portugal no mapa dos cumpridores na Europa, com um orçamento equilibrado, o corolário das contas certas. Hoje somos um país com autoestima, que olha para o futuro com otimismo, com confiança de que a melhoria de rendimentos vai continuar, ano após



ano, e que olha para os restantes parceiros europeus com orgulho no seu modelo social;

- Coloca Portugal no grupo de países que atingem o Objetivo de Médio Prazo; podemos pela primeira vez enfrentar eventuais abrandamentos da economia europeia sem entrar automaticamente num Procedimento por Défice Excessivo, sem um défice acima dos 3%, e sem colocar em causa a estabilidade e a segurança do nível de vida dos portugueses; a política orçamental ganha a partir daqui novos graus de liberdade que nunca teve. Mas para os portugueses liberdade e responsabilidade são agora sinónimos;
- Mantém a evolução da dívida pública em percentagem do PIB numa trajetória descendente pelo quarto ano consecutivo, algo que não acontecia num Portugal em democracia. Dento de 3 anos, em 2023, a dívida reduzir-se-á para cerca de 100% do PIB. Portugal vai atingir um patamar de dívida intermédio como o de países como a França, a Espanha e a Bélgica, entre outros. Portugal, afasta-se assim definitivamente do grupo de países com a dívida mais elevada do

mundo, e para quem o presente e o futuro se apresentam sombrios e carregados de incertezas.

O país não se pode cansar de cumprir.

Há quem queira pôr em causa os avanços conseguidos nos últimos anos, nos salários, no emprego, na redução dos impostos e no investimento nos serviços públicos.

Uns em nome de um liberalismo mirífico e indefinido, outros em nome de uma doutrina orçamental que nunca permitiu cumprir os objetivos a que se propôs.

Portugal tem hoje o dever e a responsabilidade de manter a credibilidade que conquistou e que lhe permite investir num futuro melhor.

Mas investir requer tempo e estabilidade: preparação e financiamento.

Quer para o setor público, quer para o setor privado. Ambos têm de vencer a dívida e contar com as qualificações dos portugueses. Não podemos voltar ao tempo em que os projetos paravam.

Atingimos o saldo equilibrado com a responsabilidade de quem sabe que não pode dar passos maiores do que a perna.

Não subimos impostos.

Enquanto no resto da área do euro nos últimos quatro anos a receita fiscal em percentagem do PIB subiu 0,5 pontos percentuais, em Portugal caiu 0,2 pontos percentuais! Mais um fator de competitividade da economia portuguesa. E em 2020 vai voltar a acontecer.

Estamos a reforçar o SNS

Pela primeira vez na história da nossa democracia, reforçámos o SNS em mais de 4,6 mil milhões de euros sem pôr em causa o equilíbrio das contas públicas.

Com conta, peso e medida.

Aqueles que querem desafiar o caminho de responsabilidade têm apenas de dizer quais as despesas que querem cortar! Ou quais os impostos que querem subir! Ou ambos!

A estabilidade e a confiança dos portugueses não pode ser sacrificada pela tentativa de ganho político imediato com propostas sustentadas em cheques sem cobertura!

Para aqueles que ainda pensam que o contexto europeu foi o melhor de sempre, devo dizer-vos que estão enganados. Relembro apenas o seguinte: o crescimento potencial da área do euro era de 1,3% em 2015 e ... é de 1,3% em 2019. O crescimento na Europa manteve-se estável ao longo dos últimos quatro anos, ao mesmo nível que existia em 2015! E mais baixo do que no início do século.

O que se passou com Portugal?

Passámos de crescer um ponto percentual abaixo da área do euro, para crescermos 0,6 pontos percentuais acima da área do euro.

Esta é a medida da convergência que se observou nos últimos quatro anos. Numa Europa com o crescimento estagnado (muito longe da tão anunciada melhor conjuntura de sempre!), Portugal resistiu, consolidou as suas contas e deu um salto de convergência de quase 2 pontos percentuais por ano!

Passámos da faixa de desaceleração, para a faixa de aceleração.

E todos sabem o que isso significa, ao entrarmos na autoestrada do crescimento, depois de andarmos quase década e meia pelas estradas secundárias do crescimento e da recessão na área do euro.

Deixem-me fazer aqui uma referência específica ao **investimento**, porque é um fator determinante do crescimento futuro. Bem sabemos.

Quem não tenha por hábito consultar estatísticas, pode ser levado a acreditar que Portugal atravessa o deserto do investimento. Mas nada é mais afastado da realidade e desfasado no tempo!

Desde 2015 o investimento cresceu em termos reais 28%, mais do dobro da média da área do euro e o valor mais elevado de entre todos os estados membro da União Europeia.

Não existe, neste século, um outro período de crescimento tão acentuado do investimento.

Este aumento do investimento ocorre ao mesmo tempo que os agentes económicos privados reduzem o seu endividamento (uma redução de 77 pp

do PIB), e em que o país apresenta excedentes com o exterior e as contas públicas convergiram para o equilíbrio.

Quem canta a desgraça permanentemente mostra dificuldade com os números, mas este expressivo aumento do investimento e do emprego traduz, nem mais nem menos, do que a confiança das famílias e das empresas no futuro do nosso país!

O mesmo aconteceu com o investimento público.

Só não vê quem não quer: o investimento público financiado com receitas de impostos cresceu 23% na anterior legislatura. A Administração Pública depende cada vez mais das receitas de impostos para investir (90% do investimento). Para quem ainda não tinha dado por isso, fica aqui a demonstração.

O Orçamento do Estado para 2020 é o quinto orçamento preparado por esta equipa das Finanças.

Deixámos finalmente de nos endividar em nome das gerações futuras e de lhes deixarmos a conta para pagar.

Deixámos a insegurança e a instabilidade de quem está sempre à beira do próximo desastre financeiro, para termos um país estável, otimista e confiante na melhoria sustentada das suas condições de vida e dos seus rendimentos.

Este é o melhor tributo que podemos fazer aos mais jovens: uma segurança social mais capitalizada, **em que podem confiar** e menos impostos para pagar no futuro **e já hoje**, com a redução acentuada de impostos para aqueles que entram agora no mercado de trabalho.

O Orçamento do Estado para 2020 beneficia desta credibilidade e dá-lhe continuidade.

Passemos então ao segundo desígnio deste Orçamento do Estado, o **Serviço Nacional de Saúde**.

Em 2020 o SNS vai ter o maior reforço na sua dotação orçamental inicial da sua história. São mais 941 milhões de euros. Indo ao encontro e ultrapassando até um dos principais pedidos dos nossos parceiros parlamentares.

O financiamento do seu funcionamento fica assim totalmente assegurado, e deve ser desenvolvido com a responsabilidade que a gestão dos dinheiros públicos sempre merece.

Para esse fim, será reforçada a autonomia dos hospitais-empresa, cujas administrações passam também a ser responsabilizadas pela acumulação de pagamentos em atraso. Porque em democracia não há autonomia sem responsabilidade.

Nos últimos quatro anos, o aumento da despesa acumulado foi de 4,6 mil milhões de euros. A despesa no ano de 2019 superou a despesa de 2015 em mais de 1.700 milhões de euros.

Estes 1.700 milhões de euros adicionais correspondem a um aumento de mais de 950 milhões de euros na despesa com pessoal e de mais 730 milhões de

euros em medicamentos, exames e outros consumíveis necessários à prestação de um serviço de qualidade.

O SNS nunca teve tantos recursos como nos últimos quatro anos! É altura de chamar todos à responsabilidade.

O aumento da despesa em saúde é apenas comparável com a diminuição de despesa com juros.

Poupamos na dívida, investimos na saúde dos portugueses.

Em 2014 a despesa em juros era igual à despesa em saúde. Hoje a despesa em saúde é 40% superior à despesa em juros! Esse é um dos resultados mais visíveis da política orçamental em Portugal.

Há sempre alternativas, mas elas hoje partem desta realidade. Muito diferente da que existia há quatro anos.

Melhorámos de forma transversal e sem paralelo as condições de trabalho no SNS. Para memória futura, as principais medidas neste âmbito incluem:

- Aumento dos pagamentos por abonos variáveis e eventuais;
- Aumentos salariais;

- Revisão e melhoria de várias carreiras;
- Aumento do número de profissionais em todas as categorias, mais 12.577 trabalhadores entre 2015 e 2019

Este é um caminho que só pode ser continuado se houver responsabilidade. Se todos respondermos pela utilização dos recursos que nos são colocados à disposição. E esse será o caminho que trilharemos. Em nome dos utentes do SNS.

A terceira escolha deste orçamento é o **reforço da aposta na redução da pobreza**, porque não podemos deixar ninguém para trás.

Estamos particularmente empenhados no combate à pobreza através do reforço de vários instrumentos de política social que já têm dado provas da sua eficácia neste desígnio que é de todos.

A desigualdade nos rendimentos reduziu-se nos últimos anos.

Em 2020 TODAS as prestações sociais são melhoradas. Todas, sem exceção, num esforço financeiro que supera os 300 milhões de euros.

E se é certo que as oportunidades associadas à significativa melhoria da atividade económica, nomeadamente o dinamismo do mercado de trabalho, contribuem para a melhoria dos rendimentos das famílias portuguesas e, por essa via, para a redução da pobreza, também sabemos que não são suficientes.

Os idosos são os mais vulneráveis ao risco de pobreza. No caso das pensões, garantimos pelo terceiro ano consecutivo um aumento real para a generalidade dos pensionistas. São mais de dois milhões de pensionistas nestas condições.

A quarta escolha deste orçamento é uma **renovada aposta nos jovens**. É imperativo olharmos para a evolução da demografia em Portugal, com os olhos postos no futuro.

Em 2020, contamos com a política fiscal para dar suporte a estes objetivos. Preservando a estabilidade fiscal – na aceção de previsibilidade do sistema – e atuando no alívio transversal do esforço fiscal das famílias em sede de

IRS, definimos instrumentos de política fiscal específicos para alcançar finalidades extrafiscais.

Para incentivar a qualificação dos mais jovens e apoiar a sua integração no mercado de trabalho, este orçamento introduz o **IRS Jovem** que se traduz numa isenção de IRS de 30%, 20% e 10%, em cada um dos três primeiros anos de rendimentos de trabalho dependente, para jovens entre os 18 e os 26 anos após a conclusão dos seus ciclos de estudos.

Este Orçamento do Estado traz, sem dúvida, progressos assinaláveis face à anterior legislatura.

Consolida os avanços: no investimento público, na valorização da Administração Pública, nas prestações sociais e nas contas certas.

Este é o Orçamento onde a autonomia e a responsabilidade andam de braço dado. Porque se trata de gerir e valorizar os recursos que são de todos e que são sempre escassos.

Cada organismo público tem a responsabilidade de continuar o exercício de revisão de despesa, que temos expandido a toda a Administração Pública. Uma aposta vencedora e que deve continuar.

Sem cortes, sem radicalismos, mas tornando a despesa, que cresce, em cada ano, mais eficiente.

Fá-lo-emos por Portugal, pelos Portugueses. É esse o compromisso do Governo.

Muito obrigado.